

O comentário do presidente Fernando Henrique Cardoso, em seu discurso de despedida do Senado — “a sociedade tem direito de ser dura, implacável mesmo, na cobrança de decência e transparência de seus representantes” — enfatizou a necessidade de “separar o joio do trigo”. A esperança é que o novo Congresso, renovado em mais de 60%, assuma o papel que a sociedade espera.

O Congresso que acaba de encerrar seu mandato passará à história como ciclotímico, por alternar fases como o *impeachment* do presidente Collor e a CPI do Orçamento, quando chegou a cassar alguns parlamentares envolvidos em irregularidades, com períodos de extrema apatia, corporativismo e ineficiência.

A mais contundente crítica talvez seja à oportunidade perdida de fazer a revisão constitucional, prevista na própria Constituição e necessidade reconhecida pela maioria dos parlamentares. Balanço final: 72 sessões nas quais, dos 74 pareceres do relator Nelson Jobim, só 15 chegaram a ser votados, sendo nove rejeitados. Das 17 mil emendas, só seis foram aprovadas. As sessões destinadas à revisão custaram R\$ 15 milhões, para pagamento de *jetons* aos parlamentares e de horas extras aos funcionários da Câmara e do Senado.

Com grandes questões nacionais em discussão (monopólios, re-

forma da previdência social e do sistema eleitoral, estabilidade do funcionalismo), os parlamentares se concentraram em temas periféricos.

Foram aprovadas seis mudanças na Constituição mas apenas uma emenda constitucional chegou a ser promulgada, a que instituiu o Fundo Social de Emergência, permitindo a retenção de 20% dos impostos arrecadados pelo Governo federal para aplicação em programas emergenciais.

A decepção foi tão grande que o relator da revisão, Nelson Jobim (ministro da Justiça, desistiu de concorrer à reeleição. O então líder do PFL, deputado Luiz Eduardo Magalhães, comentou à época: “É melancólico e constrangedor saber que o dia 31 de maio vai entrar para a história do Congresso como o dia em que a maioria incompetente tentou acordo com a minoria intransigente”.

O Congresso que se encerrou pode ser considerado o campeão absoluto em absenteísmo. Em 1994, foram batidos todos os recordes de ausências. A *Folha de S. Paulo* constatou que, dos 427 deputados que tentaram se reeleger, ou eleger-se para o Senado, pelo menos 163 faltaram a mais de um terço das sessões e outros 29 faltaram a mais da metade.

A Constituição prevê a perda do mandato dos que faltarem a mais de um terço das sessões no ano. Para o presidente da Câmara, Inocêncio de Oliveira, o elevado número de faltas se deveu à circunstância de 1994 ter sido “um ano atípico, em que o trabalho do Poder Legislativo foi atropelado pela eleição”.

Atípico ou não, o ano foi altamente produtivo em outros setores. Recordes de produção e vendas foram batidos. Só no Legislativo, foi um dos mais fracos; entre janeiro e agosto de 1993, a Câmara apreciou 727 matérias; em 94, no mesmo período, apenas 181. E, a partir de julho, as sessões do Congresso (reuniões conjuntas de deputados e senadores) foram suspensas, para os

parlamentares fazerem suas campanhas.

Houve uma tentativa de superar o atraso e votar importantes projetos no “esforço concentrado” que durou três dias, tendo como motivo o Orçamento da União para 1994 — que deveria ter sido votado no final de 93. Deu em nada, por desacordo das lideranças e ausência de parlamentares.

A imagem do parlamento piorou com o projeto de anistia para salvar o mandato de Humberto Lucena, acusado de usar a gráfica do senado para imprimir 130 mil

calendários. Num grupo de senadores conseguiu atrasar por mais de duas semanas a aprovação do nome do presidente do Banco Central, Pêrsio Arida, por vingança. O próprio Humberto Lucena advertiu: “O atraso repercute negativamente na economia. As bolsas do Rio e de São Paulo estão em queda devido à crise do México e não podemos somar mais um problema a isso”.

O deputado pelo PDT do Rio, Miro Teixeira, observou que “a chantagem não é contra a Câmara, mas sim contra Fernando Henrique, cujo Governo, leia-se o Governo do Brasil, poderá amargar graves prejuízos”. Também o senador do PT, Eduardo Suplicy, no artigo “Para que o Senado não seja fechado”, comentou: “Gostaria de convidar meus colegas senadores a uma melhor reflexão sobre a necessidade que temos de defender e fortalecer a instituição a que pertencemos”. “Por todos os lugares onde andei, as observações que ouvi, cartas e telefonemas que recebi, ademais dos artigos e editoriais publicados na imprensa, por toda a parte houve um grande clamor sobre a necessidade de o Senado apreciar e votar matérias importantes”. E concluiu: “se não o fizermos, vamos ler mais cartas pedindo que o Senado seja fechado”.

A revisão preferiu os temas periféricos às grandes questões nacionais